

A CATEGORIA ESPACIAL DE REGIÃO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM ENSINO DE GEOGRAFIA: RESULTADOS A PARTIR DE UM ESTADO DA ARTE

Ricardo Lopes Fonseca¹ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2077-2476>

¹ Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina – PR, Brasil¹

Artigo recebido em 31/10/2023 e aceito em 28/11/2023

RESUMO

Neste texto é apresentado o Estado da Arte das pesquisas em ensino de Geografia que abordaram a categoria espacial de região, a partir da análise dos artigos publicados em periódicos nacionais, considerando toda a série histórica disponível de forma *on line* até o ano de 2016. O objetivo é investigar, a partir das publicações de artigos em periódicos nacionais *on line*, possibilitando inferir acerca das perspectivas e das tendências das pesquisas no ensino de Geografia que versaram a respeito da região. Foram localizados 1.458 artigos acerca do ensino de Geografia, sendo 20 destes referentes à região, em 187 periódicos avaliados na área de Geografia, considerando-se o QualisCapes dos Periódicos quadriênio 2013-2016. Os resultados estão discutidos em dois momentos, o primeiro como um perfil quantitativo e o segundo a partir do tratamento qualitativo, por meio do método de Análise de Conteúdo, de Bardin (1977). Por fim, por ser considerada uma atividade árdua e complexa, o Estado da Arte desenvolve uma ação bastante criteriosa e reflexiva.

Palavras-chave: região; pesquisa; estado da arte; ensino de geografia; epistemologia.

THE SPACE CATEGORY OF REGION IN SCIENTIFIC PRODUCTION IN TEACHING GEOGRAPHY: RESULTS FROM A LITERATURE REVIEW

ABSTRACT

This paper presents a literature review about on teaching Geography from the analysis of articles about region published in national journals, considering the entire historical series until 2016, that is available online. The objective is to investigate, from the publication of articles in national journals online, the entire historical series, allowing to infer about the perspectives and trends of research on region. We found 1,458 articles on this theme, 20 of which refer to the region, in 187 journals evaluated in the Geography area, considering the Qualis

¹ Professor Adjunto do Departamento de Geografia, Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina (UEL). Docente do Programa de Pós Graduação em Educação (PPEdu), na Universidade Estadual de Londrina. E-mail: ricardolopesfonseca@hotmail.com

Periodicals quadrennium 2013-2016. The results were discussed in two moments, the first from a quantitative profile and the second as a qualitative treatment, using Bardin's Content Analysis method (1977). Research on the State of the Art has critical and reflective character that assist in the development of new research demands, concepts and paradigms.

Keywords: region; research; literature review, teaching geography; epistemology.

LA CATEGORÍA ESPACIAL DE REGIÓN EN LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA EN LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA: RESULTADOS DE UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA

RESUMEN

Este artículo presenta una revisión de la literatura sobre la enseñanza de la Geografía a partir del análisis de artículos sobre región publicados en revistas nacionales, considerando toda la serie histórica hasta 2016, que se encuentra disponible en línea. El objetivo es investigar, a partir de la publicación de artículos en revistas nacionales en línea, toda la serie histórica, permitiendo inferir sobre las perspectivas y tendencias de la investigación en la región. Se encontraron 1.458 artículos sobre esta temática, 20 de los cuales se refieren a la región, en 187 revistas evaluadas en el área de Geografía, considerando el cuatrienio Qualis Periodicals 2013-2016. Los resultados fueron discutidos en dos momentos, el primero desde un perfil cuantitativo y el segundo como tratamiento cualitativo, utilizando el método de Análisis de Contenido de Bardin (1977). La investigación sobre el Estado del Arte tiene un carácter crítico y reflexivo que coadyuva en el desarrollo de nuevas demandas, conceptos y paradigmas de investigación.

Palabras clave: región; investigación; revisión de literatura; enseñanza de la geografía; epistemología.

INTRODUÇÃO

Entende-se que a região representa uma realidade, mesmo que essa realidade precise ser obtida pelo pesquisador, tendo de ser compreendida acima da aparência, ela é um acontecimento espacial, existindo como um prodígio geográfico, sendo seu estudo valorizado e avaliado pelo pesquisador.

A expressão região tem sua raiz no latim *régio* que por sua vez tem sua origem no prefixo *reg* provindo do significado de regência. Antes de mais nada é importante enfatizar que essa raiz possui uma base político-territorial na distribuição do Império Romano, e sendo assim, o termo tem certamente uma eloquência política, decorrência do poder romano concretizado por meio de um contorno espacial. Por isso, atribui-se uma referência a domínio, limite. (CORRÊA, 1986; MARCON, 2012). Uma investigação mais profunda do conceito nos faz percorrer uma trilha de sucessivas variações e ressignificações.

Normalmente, o emprego do ideal de região acontece por meio da atividade 'regionalizadora' aplicando padrões comuns, reconhecidos por meio das unidades de avaliação. A região se desenvolve

fundamentada em uma equalização idealizada pelo pesquisador, que passa a ser reconhecida como uma concepção, fruto de uma prática administrativa e burocrática.

Hoje, a compreensão de processos multiescalares propiciou à região admitir a incidência de eventos obscuros, o que facilitou a amplitude dos sentidos da regionalização, ocasionando a legitimação de regiões por meio da conexão do seu teor com o benefício das redes (em perspectiva ampla).

Com uma definição polissêmica, a região se dispõe como um dos relevantes estímulos ao geógrafo, especialmente pelo fato de muitos pesquisadores tentarem situá-lo como sendo um componente de leitura individual e universal.

Possuindo caráter bibliográfico, como são conhecidas, as pesquisas do tipo “Estado da Arte” (EAr), costumeiramente são reconhecidas por uma perspectiva trivial: mapear e reconhecer a produção acadêmica em meio aos mais diferentes espaços do conhecimento, ao longo de um determinado recorte temporal.

Assim sendo, esta pesquisa se justifica, quanto a realização deste EAr, pela possibilidade em realizar um estudo com aportes metodológicos previamente estabelecidos, cujas características se despontam criatividade e ações minuciosas do pesquisador em relação à produção acadêmica e científica acerca da temática de ensino de Geografia, nesta pesquisa voltada para a categoria espacial de região, “[...] à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado” (FERREIRA, 2002, p. 258).

O recorte temporal adotado para este artigo compreende toda a série histórica disponível, de forma *on line*, da produção de artigos científicos em ensino de Geografia, que inicia em 1957 e se estende até o ano de 2016, por considerar que este foi o ano de fechamento do último quadriênio de avaliação do QualisCapes dos periódicos, divulgado oficialmente.

O objetivo desta pesquisa foi de investigar acerca das publicações a respeito da categoria espacial de região voltada para o ensino de Geografia. Para se alcançar tal objetivo foi necessário organizar este artigo de modo que se apresentam nas seções seguintes: corpo teórico, procedimentos metodológicos, resultados e considerações finais.

A CATEGORIA ESPACIAL DE REGIÃO E A ABORDAGEM EPISTÊMICA DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

O entendimento de região tem sido explorado por todas as esferas do conhecimento, porém, as argumentações mais contundentes acerca de uma esquematização desse pensamento se deram por conta da Geografia, até mesmo em razão de a região representar uma classificação analítica dessa ciência.

Em suas ponderações relacionadas a essa temática, Gomes (2003), conseguiu reconhecer três consideráveis supremacias nas quais a ideia de região vem sendo constituída, sendo: o domínio do conhecimento do senso comum, o domínio da administração e o domínio do saber científico. De acordo com o pensamento desse autor, no que se refere ao domínio do conhecimento do senso comum, a concepção de região se reúne aos fundamentos de localização e de medida. (GOMES, 2003). Nessa situação, a ideia de região

(...) pode ser assim empregada como uma referência associada à localização e à limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial (...), como referência a um conjunto de área onde há o domínio de determinadas características que distingue aquela área das demais. (GOMES, 2003, p. 53)

Pode-se afirmar que não há exatidão de limites e nem de classificação espacial, já que esses parâmetros são inconstantes.

Com referência ao domínio administrativo a noção de região vem sendo aproveitada no sentido de demarcação de limites e hierarquias administrativas, isto é, considerada como sendo uma “unidade administrativa e, neste caso, a divisão regional é o meio pelo qual se exerce frequentemente a hierarquia e o controle na administração dos Estados” (GOMES, 2003, p. 53). Conforme contribuição de Gomes (2003), nessa situação, o delineamento regional tem sido como um subsídio aplicado não apenas pelos Estados na gestão do território, mas também por muitas instituições e grandes empresas como subterfúgio para seus negócios.

Com referência à supremacia do conhecimento científico, Gomes (2003) admite que não apenas a Geografia tem se beneficiado da ideia de região, mas também algumas outras ciências, como a Matemática, a Biologia, a Geologia e ainda outras. Nessas ciências, a concepção de região é empregada de maneira vinculada à localização de algum controle de determinadas manifestações. Nesse caso, o seu uso preserva a etimologia, já que a região é considerada com “área sob certo domínio ou área definida por uma regularidade de propriedades que a definem”. (GOMES, 2003, p. 54).

Sobre o controle da ciência geográfica, esse autor entende que os esforços dispendidos buscando “elevar” o entendimento de região ao gabarito de um conhecimento científico tem-se concebido como primordiais na Geografia, embora sendo muitas as complexidades.

Dessa forma, os geógrafos passam a qualificar a ideia de região como um esforço no sentido de separá-la de sua aplicação pelo senso comum. Gomes (2003) afirma ainda que nos últimos dois séculos foram criadas muitas concepções de região, compondo-se em diversos padrões da Geografia.

Relativamente à história dos conceitos de região e as próprias tendências do conhecimento geográfico, relevantes contribuições foram propiciadas por Corrêa (2003). Por meio de uma reconhecida recuperação da história do erguimento dessa ciência, Gomes (2003) nos oferece uma decomposição da ideia de região, com o favorecimento de três inclinações teóricas da Geografia, sendo as mesmas: a Geografia Tradicional, a Nova Geografia Crítica e a Geografia Humanista.

De acordo com Corrêa (2003), sob as suposições do fluxo da Geografia Tradicional, comumente a região era considerada como uma unidade espacial independente, como um espaço autossuficiente. Nessa conjuntura, duas principais considerações de região foram constituídas: a de Região Natural, influenciada pela aceção determinista e o da Região Geográfica que se consolidou sob a influência da compreensão possibilista.

Sendo assim

A região natural é entendida como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultando da combinação ou integração em áreas dos elementos da natureza. (CORRÊA, 2003, p. 23)

Ao passo que

A região geográfica abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam, de modo harmonioso, componentes humanos e natureza. A idéia de harmonia(...) constitui um longo processo de evolução maturação da região, onde muitas obras do homem fixaram-se, ao mesmo tempo com grande força de permanência e incorporadas sem contradições ao quadro final da ação humana. (CORRÊA, 2003, p. 23)

A regra de avaliação dessas regiões representava o descritivo, e os limites das mesmas eram criteriosamente estabelecidos por fronteiras. De acordo com explanação de Corrêa (2003), após o movimento de inovação da Geografia, estudos relevantes e inéditos passam a compor os debates relacionados ao entendimento de região.

Corrêa (2003, p.32) destaca que a fluidez epistemológica da Nova Geografia passou a considerar a região como sendo “um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares”. Nesse direcionamento do pensamento geográfico

(...) as similaridades e diferenças entre lugares são definidas através de sua mensuração na qual utilizam técnicas estatísticas descritivas como o desvio-padrão, o coeficiente de variação e a análise de agrupamento. Em outras palavras, é a técnica estatística que permite revelar as regiões de uma dada porção da superfície da Terra (CORRÊA, 2003, p.32)

A repartição regional assim compreendida indica a objetividade do pesquisador. Quanto à tendência da Geografia Crítica, Corrêa (2003, p. 45-46) aponta que de maneira correspondente aos postulados do marxismo

A Região pode ser vista como resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas (...) como uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos.

Corrêa (2003) considera ainda que essa tendência geográfica reconhece a região como uma das grandezas espaciais do processo desigual e ajustado do capitalismo. Por essa intuição o regional poderia ser avaliado, seguindo especificação desse processo.

Referentemente à formulação de região elaborado sob as conjecturas do fluxo geográfico humanista, Lencioni (2003) defende que as alegações acerca do conceito de região desenvolvidas por essa tendência geográfica resgataram a linha historicista da Geografia “à medida que a região passou a ser considerada como um espaço que é o produto da história e da cultura” (2003, p. 154).

Assim, nessa circunstância

(...) a região, portanto, passou a ser vista não como constituindo uma realidade objetiva; ao contrário, ela foi concebida como uma construção mental, individual, mas também submetida à subjetividade coletiva de um grupo social, por assim dizer, inscrita na consciência coletiva. (LENCIONI, 2003, p. 155)

Compreende-se, então, que a região é vista como local vivido e não exclusivamente como superfície material, possuindo limites fixos conforme são levados em consideração os padrões psicológicos que as pessoas demonstram ter em relação à região. Essa autora argumenta, porém, que para a Geografia Humanista a região “não se confunde com espaços sociais cotidianos, com os lugares pontuais nem com os grandes espaços”. Ela situa-se “numa escala intermediária, definida segundo a

rede de relações que os indivíduos tecem de acordo com os lugares mais frequentados por um determinado grupo social” (LENCIONI, 2003, p. 155-156).

Por essa composição é possível entender que a avaliação regional transpõe a apreciação geográfica da estrutura econômica, ou da própria atividade social, almeja assimilar como o homem se situa frente à região e, só “a partir disso, procura analisar os aspectos estrutural, funcional e subjetivo da região” (LENCIONI, 2003, p. 156). É importante lembrar que ultimamente a discussão sobre a consideração de região e de seus preceitos direcionados à avaliação tem se desenvolvido acerca do seguinte tópico: no atual período técnico-científico e informacional nos quais os locais se mostram cada vez mais práticos e fluentes, em razão de suas conexões com o mundo, vale indagar: como, então, compreender a região?

Em meio aos debates e argumentações pode-se perceber de um lado os que veem o fim da região, e de outro aqueles que justificam a sua existência.

Os que acreditam no fim da região são considerados por Santos (1996) como pensadores pós-modernos, que entendem que com o fortalecimento da globalização advinda do aumento do capital hegemônico em escala mundial, as regiões desapareceriam, tornando desnecessário elaborar teorias para o estudo da diversificação dos lugares. Numa outra posição vemos os pensadores que querem a continuação e a persistência dos estudos regionais, defendendo a ideia de que simultaneamente ao crescimento da globalização caminha um processo de fracionamento dos espaços. Por corroborar com a ideia desses últimos podemos emitir algumas ponderações relacionadas ao último aspecto desse pensamento, notadamente sobre o que foi colocado por Santos (1996), Santos (1997), Gomes (2003) e Lencioni (2003).

De forma oposta ao ideal dos pós-modernistas, Santos (1996, p. 46) alega que

(...) o mundo como um todo tornou-se uno para atender as necessidades da nova maneira de produzir que passa por cima das regiões, países, culturas etc.. Mas enquanto processos modernos de produção se espalham por todo o Planeta, a produção se especializa regionalmente.

Nessa contextura “as regiões aparecem como distintas versões da mundialização”. Para Santos (1996, p. 47), isso comprova que ao invés da globalização sustentar a homogeneidade dos espaços, ela “instiga as diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas”. É por essa razão que esse autor argumenta que “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos”. De conformidade com o pensamento de Santos, atualmente, ao estudo regional é

direcionada uma relevante atribuição, que é a de “apontar as diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir em distintas regiões do globo” (SANTOS, 1996, p. 47).

Santos reafirma a grandeza representada pelos estudos regionais não se praticando o erro de reconhecer a região como sendo uma unidade independente, explicitada por si mesma. Na opinião desse autor é necessário ter em conta o diálogo existente entre o global e o regional. Em suas ponderações expressas ultimamente, Santos (1997, p. 197) esclarece que a região é reconhecida por sua “coerência funcional” em meio a um ou muitos fatores espaciais, livremente do tempo de perduração dessa coesão. Isso é possível porque

(...) as condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo. A espessura do acontecer é aumentada, diante do maior volume de eventos por unidades de espaço e por unidade de tempo. A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo o homem. (SANTOS, 1997, p.197)

Nessa direção, Gomes (2003, p. 72) se apresenta de modo oposto à defesa do ideal pós-moderno. Ele deixa patente sua opinião, afirmando que:

Se hoje o capitalismo se ampara em uma economia mundial não quer dizer que haja uma homogeneidade resultante desta ação. Este argumento parece tanto mais válido quanto vemos que o regionalismo, ou seja, a consciência da diversidade continua a se manifestar por todos os lados. O mais provável é que nesta nova relação espacial entre centros hegemônicos e as áreas sob suas influências tenham surgido novas regiões ou ainda se renovando algumas já antigas.

Nessa linha de pensamento, o autor sugere ainda o fortalecimento de um conceito de região, de forma reunida à contemporaneidade e jamais descartando as discussões relacionadas à região como defendem os pós-modernistas.

Posicionando-se favoravelmente à sequência dos estudos regionais, Lencioni (2003) defende a busca por um conceito adequado ao momento que estamos vivendo. Ela entende que, sendo a escala regional uma escala centralizada de avaliação, uma interferência construtiva envolvendo o singular e o local, seu estudo certamente facilitará a revelação da espacialidade própria dos processos sociais e globais, o que favorece para “o regional vir a se reabilitar frente ao global, como a particularidade da globalização e, assim a própria noção de região também se reabilita”. (p.194). Daí a necessidade de se estudar o conceito de região no período contemporâneo.

Em sua obra *Por uma geografia nova*, Milton Santos (1996) negando a eficiência da Nova Geografia, argumenta que “o maior pecado, entretanto, da intitulada Geografia Quantitativa é que ela desconhece totalmente a existência do tempo e suas qualidades essenciais” (SANTOS, p. 53). Na

verdade, esta foi, de fato, uma das muitas falhas dessa corrente. O tempo da Nova Geografia, já que, defendendo um tempo sequencial, acabava por rejeitar a noção de processos sociais. Capel (1985, p. 393-394) também emite sua crítica, argumentando que: “A Geografia Quantitativa é desde o princípio decididamente a histórica”. Contudo, é nesse momento que as críticas direcionadas ao positivismo lógico são acrescidas, possibilitando novas maneiras de perceber o mundo e de fazer Geografia sendo manifestadas em meio a novas tendências, cujo surgimento deu-se após o início dos anos de 1970. Entende-se também que, mediante as novas questões urbanas e ecológicas que se apresentavam naquele momento histórico, uma Geografia nos parâmetros da quantitativa não era suficiente para a compreensão dos eventos espaciais em sua totalidade.

Nessa conjuntura advém as tendências críticas de fundamentação marxista e fenomenológica, que, apesar de suas distinções singulares, participam da mesma inquietude: a falta do aspecto social da Geografia de então. Por meio do resgate do direcionamento histórico não aproveitado, ambas partiram para o desenvolvimento de novos paradigmas de avaliação, abrangendo conteúdos primordiais, antes descartados pelo padrão quantitativo. Quanto à consideração de região, uma nova Geografia Regional começou a ser erguida, esmerando-se nas temáticas históricas e culturais. É importante lembrar que o que de fato se inovou de forma ponderável foi o perfil da abordagem sobre o mundo, reconhecendo-se outras fisionomias da realidade.

Mello (1990) reconhece como recursos filosóficos do ponto de vista humanístico, a fenomenologia, o existencialismo, o idealismo e a hermenêutica. Ressaltando que a opção por uma não descarta o emprego e a eficácia das demais, Gomes (1996) reconhece, junto com a fenomenologia, o estudo do “espaço vivido”, a sustentação da Geografia Humanística. Nesse ponto do estudo, é preciso considerar os dois últimos para promover o crescimento da Geografia Humanística.

A Geografia essencialmente marxista foi chamada de “crítica” em decorrência das perspectivas da Nova Geografia, naquele momento dominada pela filosofia de natureza positivista, além da realidade social, sendo chamada de “radical”, principalmente por sugerir possibilidades de mudanças na sociedade, como relatou Capel (1985, p. 427), “que cheguem até a verdadeira raiz dos problemas”.

Com base em hipóteses marxistas, coloca-se contra o conhecimento idealista da história, discriminando uma lista de novas temáticas, denominadas de categorias, importantemente úteis para a avaliação geográfica. Complementando esse entendimento, Gomes (1996, p. 282) argumenta nestes termos:

Marx introduz a noção de uma razão histórica, materialmente determinada, em oposição à concepção do idealismo que definia o real como um produto da razão absoluta. Desta maneira, o marxismo afirma que o sujeito do conhecimento, historicamente determinado e contextualizado socialmente, é capaz de ser apreendido pela ciência a partir das categorias essenciais que o envolvem: a produção, a reprodução, o consumo, a troca, a propriedade, o Estado, o mercado e as classes sociais. Estas categorias são concebidas a partir de um raciocínio que envolvem uma cadeia de determinações entre eles.

Essa nova forma de interpelação crítica, sustentada em uma tese distinta daquela desenvolvida pelas correntes anteriores de Geografia, efetivamente, não encontrou fundamentação metodológica, já que ela desconsiderava a maioria dos padrões empregados. Para a região, que não compunha uma qualificação marxista, fato que, a propósito, não podia se eximir, os questionamentos se mostraram ainda maiores. Assim, a solução estaria em aceitá-la como parte de um todo, e ainda mantendo a linha descritiva e empirista como fizera a tendência tradicional.

A diferença agora residia no fato de que essa totalidade não era mais concebida nem como uma totalidade orgânica ou lógica, nem como uma totalidade harmônica. Foi concebida como uma totalidade histórica. Estava visível que esta não se constituía numa totalidade harmônica porque a preocupação, naquele momento, em denunciar as injustiças e as desigualdades sociais do capitalismo revelava os limites da compreensão do mundo como um todo não harmônico (LENCIONI, 1999, p. 196)

Esse novo entendimento geográfico, reforçado pelo entendimento das divergências do espaço, exigência decorrente da concentração capitalista, provocaria a maior diferenciação das áreas, ressaltando, assim, o sistema de regionalização. De acordo com argumentação de Thrift (1996, p. 231), “seria difícil negar que as regiões são desigualmente desenvolvidas e que o capital esteve metido nisso”. A Geografia apoderando-se dessa percepção, beneficiada por uma avaliação regional, se tornaria um dispositivo de atividade política na interferência do espaço, como o propuseram estudiosos como Yves Lacoste, Pierre George, Ilton Santos e tantos outros.

Sob outro ponto de vista, a avaliação dessas questões incluiu nas abordagens geográficas maior entendimento dos procedimentos gerais das novas leis de capitalizações mundiais. Para “Marx o capital era essencialmente uma influência homogeneizante” (THRIFT, 1996, p. 227). Vê-se então que essa condição representou um questionamento para a região, visto que as distinções peculiares, tão próprias das abordagens regionais foram levadas a um plano inferior. De acordo com o pensamento de Castro (1997, p. 57), essa nova tendência de ideal geográfico, “eliminou as possibilidades explicativas da escala regional”.

Não atentando para questões significativas na compreensão de região, a Geografia de caráter marxista, com sua contribuição teórica, acabou sofrendo alguns contratemplos. De forma oposta aos assuntos tratados nos estudos regionais, por meio de um prisma fenomenológico foi possível

reconsiderar problemas ligados à Geografia e que estavam como que inativos em outras tendências. Por essa lógica, a discussão regional seguiu como sendo essencial na Geografia. Os componentes essencialmente subjetivos e pessoais, descartados tanto na Nova Geografia como na Geografia Radical foram reunidos à avaliação geográfica por meio da Geografia Humanística. É importante lembrar que esses elementos, mesmo não compondo a corrente Quantitativa, fazendo parte da vertente humana dessa Geografia, foram considerados de maneira incompleta, até por ser neopositivista. “Durante a maior parte da primeira metade deste século o interesse pelo comportamento limitou-se à questão de até que ponto as ações estavam condicionadas por seu meio” (DAVIES, 1972, *apud* CAPEL, 1985, p. 423). Dessa forma, adiciona-se à Geografia, agora inovadora, o caráter até então alheio em relação à grandeza psicológica.

Componentes de natureza abstrata foram reunidos na avaliação espacial geográfica que se buscara da abordagem da psicologia behaviorista e da compreensão. É necessariamente importante ressaltar, contudo, a variação existente entre a Geografia Humanística e a de percepção ou do comportamento. Em estudo de 1990, Mello lembra a importância de exprimir considerações relativa a essa temática em razão da desorganização envolvendo essas tendências. A Geografia Humanística tem como princípios filosóficos a fenomenologia, a hermenêutica, o existencialismo e o idealismo, que rigorosamente não se coadunam com os princípios das outras duas, cuja sustentação está no positivismo, e assim, mesmo sendo reconhecidas como inovadoras, não devem ser inclusas no sentido crítico. É preciso destacar também que embora sendo crítica, a Geografia Humanística representa outra aparência de resistência à objetividade, à quantificação, à racionalização e à generalização. Reconhecida também como antipositivista, essa Geografia priorizou as conveniências do indivíduo e não das categorias, aos aspectos dos sentidos, dos valores e às ações humanas, interpelando-os a começar pelas experiências cotidianas dos grupos de pessoas. Nesse direcionamento, percebe-se uma correspondência tanto em relação aos fundamentos da Nova Geografia, quanto da Geografia Radical, de essência marxista, buscando, outrossim, preservar no romantismo da Geografia Clássica a grandeza social e cultural dos valores, assim como o reconhecimento histórico do mundo vivido.

Foi em meio aos princípios defendidos por Vidal de La Blache que foi possível encontrar seu tópico de convergência. Entende-se assim, que não foi a região a classe mais reconhecida, mas o espaço, erguido por meio de conexões e atividades sociais. É preciso lembrar, no entanto, que este reconhecimento facilitou para a preparação de uma nova visão sobre o entendimento de região, formulada a partir da imagem abstrata do indivíduo e da classe à qual pertence.

O reconhecimento das definições conectadas à cultura dos homens propiciou o entendimento das acepções que os mesmos possuem de comporem uma determinada região e não a outra, isto é, levou à assimilação da grandeza simbólica da identidade regional.

A tendência humanística conseguiu reunir o pensamento de espaço experienciado à avaliação regional na Geografia. Tuan (1982, p. 156) considera que: “A descrição vivida de uma região é talvez a mais alta conquista da Geografia Humanística”, sendo este, um ponto livre de quaisquer contestações. Neste fluxo, buscou-se a revalorização de determinados componentes que, já anteriormente compuseram essa disciplina. Gomes (1995, p. 67) enaltece que dessa forma a região “novamente (...) passa a ser vista como um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial”. Por este formato de compreensão da Geografia, “refuta-se, assim, a regionalização e a análise regional, como classificação a partir de critérios externos à vida regional. Para compreender uma região é preciso viver a região” (GOMES, 1995, p. 67). Numa abordagem relativa a esse tema, Ribeiro (1993, p. 214) afirma que neste sentido, a região como espaço vivido opõe-se à região de controle,

Trata-se de uma porção territorial definida pelo senso comum de um determinado grupo social, cuja permanência em uma determinada área foi suficiente para estabelecer características muito próprias na sua organização social, cultural e econômica. Este espaço é, portanto, socialmente criado e vai se diferenciar de outros espaços vizinhos por apresentar determinadas características comuns que são resultantes das experiências vividas e historicamente produzidas pelos próprios membros das suas comunidades.

Contribuindo sobre essa temática, Frémont (1980, p. 17) entende que “a região, se existe, é um espaço vivido. Vista, apreendida, sentida, anulada ou rejeitada, modelada pelos homens e projetando neles imagens que os modelam. É reflexo. Redescobrir a região é pois procurar captá-la onde ela existe, vista pelos homens.”

Principiando por algumas especificidades, a Geografia Humanística se viu no dever de direcionar ao sentido regional uma importância essencial na compreensão da realidade espacial. Não é possível deixar de reconhecer a característica inovadora nos estudos regionais e na própria Geografia. Sendo assim, pode-se afirmar que os estudos relacionados ao espaço vivido e afinidades regionais representam a solução para a consolidação da diversificação geográfica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo surge da necessidade de afinamento decorrente de uma pesquisa publicada por AUTOR (ANO)². Os procedimentos que levaram aos resultados obtidos seguiram algumas fases, a seguir:

1ª fase: no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do banco de dados do Qualis Periódicos³, foram realizadas algumas seleções de itens para filtrar a busca por uma lista de periódicos a serem considerados para a coleta dos dados, tais como: a) Evento de Classificação – quadriênio 2013-2016 e b) Área de Avaliação – Geografia. Desta busca foi gerado pelo próprio sistema da -CAPES um arquivo com a listagem completa de todos os periódicos aplicados a estes dois parâmetros de buscas. Essa fase foi realizada no dia 26 de janeiro de 2017⁴;

2ª fase: foram considerados apenas periódicos nacionais e que tivessem uma versão *on line*, neste sentido, aqueles que apareceram em duplicidade ou que possuísssem apenas a versão impressa foram descartados. Deste modo, chegou-se ao número total de 801 periódicos;

3ª fase: ao longo de todo o ano de 2017 foram realizadas buscas de artigos com temáticas na área de ensino de Geografia. Para essa coleta foram considerados todas as edições que estivessem disponíveis nas plataformas *on line* destes periódicos até o ano de 2016, de modo que fosse possível padronizar a busca por esses trabalhos e por ser o último ano do quadriênio 2013-2016, com avaliação oficial divulgada pela CAPES. As estatísticas a este respeito estão apresentadas na seção dos resultados deste manuscrito;

4ª fase: no decorrer de todo o ano de 2018 foram classificados todos os artigos que tratavam de ensino de Geografia;

5ª fase: produção e divulgação de um artigo síntese contendo as informações gerais acerca das fases até aquele momento realizadas;

6ª fase: no decorrer do ano de 2020, com o objetivo de aprofundar este tipo de pesquisa, foi realizado o processo de categorização dos resultados, com base nos pressupostos da Análise de

² Informação suprimida deste texto com o objetivo de não identificar o autor deste artigo.

³ Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

⁴ Aqui será inserida uma informação acerca do vínculo desta pesquisa, que foi suprimida por normas de avaliação deste periódico.

Conteúdo (BARDIN, 1977). Para a realização desta fase, este pesquisador selecionou as categorias e as UR de acordo com as informações mencionadas nos resumos de cada artigo; salvo algumas situações específicas foram necessárias leituras de todo o artigo, fosse pela falta de um resumo, fosse pela falta de clareza nas informações presentes neles. Desta forma, os dados foram classificados em categorias e UR e, na sequência, realizado o metatexto.

Durante a realização interpretativa das informações é importante preservar a atenção nos sinalizadores teóricos reunidos à investigação, já que os mesmos propiciam segurança, além das chances necessárias ao estudo a ser reproduzido. A conexão que reúne os dados angariados e a fundamentação teórica certamente darão a importância devida à interpretação.

De acordo com o pensamento de Bardin (1977, p. 135):

C'est l'unité de signification à coder. Elle correspond au segment de contenu à considérer comme unité de base en vue de La catégorisation et Du comptage fréquentiel. L'unité d'enregistrement peut être de nature et de taille très variables. Une certaine ambiguïté règne quant aux critères de distinction des unités d'enregistrement.⁵

Ao término dessa fase foi possível idealizar e confeccionar o metatexto. Com o desenvolvimento desse novo ingrediente foi possível dar início a uma série de explicações e apreciações nas quais não se admitem argumentações imprecisas nas conexões difundidas entre as categorias e suas UR. Entende-se assim que o metatexto agrega a percepção do pesquisador acerca dos significados e significantes perceptíveis em cada categoria e UR.

O metatexto representa uma técnica apresentada pelo pesquisador Moraes, em seu estudo de 2003, se propondo a analisar a argumentação contida nos objetos/instrumentos. Por essa acepção, esta prática facilita o desenvolvimento qualitativo do tratamento dos resultados juntamente com a AC, defendida por Bardin.

Conforme explicação de Moraes (2003, p. 202), o metatexto “[...] constitui um conjunto de argumentos descritivo-interpretativos capazes de expressar a compreensão atingida pelo pesquisador em relação ao fenômeno pesquisado, sempre a partir do *corpus* de análise”.

Deste modo, é interessante destacar também que a classificação relativa às informações inclusas no metatexto não depende apenas da validade e confiabilidade da análise reproduzida, mas,

⁵ “É a unidade de significação a ser codificada. Corresponde ao conteúdo considerado como unidade básica para a categorização e contagem frequencial. A unidade de registro pode ser de natureza e dimensão muito variáveis. Certa ambiguidade rege os critérios de distinção de unidades de registro”. (Tradução nossa).

principalmente, da prática assumida pelo pesquisador como verdadeiro autor de suas interpretações. Sendo assim, é possível afirmar que a apreciação presente neste estudo está direcionada à produção do referido metatexto.

RESULTADOS

Neste primeiro momento os dados apresentados possuem uma característica quantitativa, com o objetivo de se apresentar um panorama numérico das publicações acerca da categoria espacial de região no ensino de Geografia. Num segundo momento é apresentada uma análise qualitativa dos dados obtidos.

Para a busca dos resultados foram considerados os termos Região, Regionalização e Regional, cujo foco das publicações tratavam da região enquanto categoria espacial. Diversos artigos que apareciam essas palavras, fosse no título, resumo ou nas palavras-chaves, mas, que traziam a perspectiva da escala ou do recorte espacial foram descartados do processo de análise dos resultados desta pesquisa.

Ao todo foram 20 artigos publicados na temática desta pesquisa, de um total de 1.458 artigos publicados em ensino de Geografia e que estejam disponíveis no *site* de cada periódico, até o ano de 2016.

No quadro 1 é possível verificar as palavras-chaves dos artigos e a quantidade de incidência. Foram considerados para esse quadro apenas as palavras-chaves que apareceram em duas ou mais publicações. Dos 20 artigos três não possuem a informação das palavras-chaves.

Quadro 1 – Lista de palavras-chaves com maior incidência.

PALAVRAS-CHAVES	QUANTIDADE
Ensino de Geografia	6
Região	5
Currículo	4
Geografia Escolar	3
Geografia	3
Livro Didático	3
Abordagem Regional	2
Educação	2
Ensino	2
Geografia Regional	2

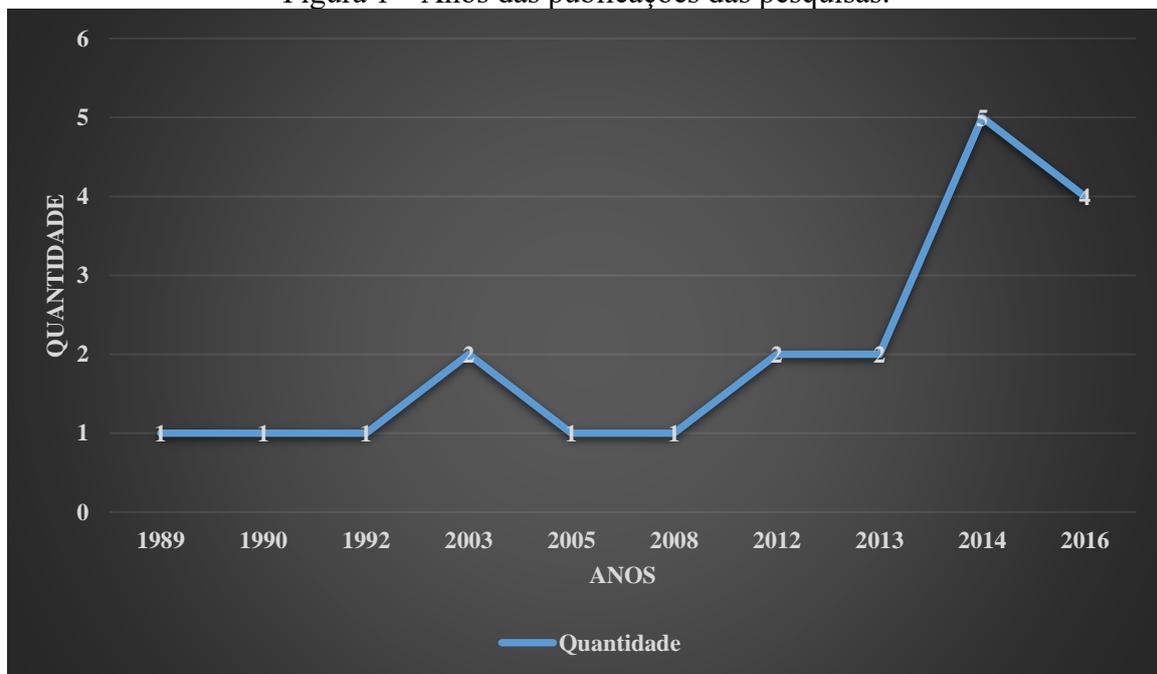
Org.: o próprio autor (2020).

Considerando-se a figura 1, pode-se observar a quantidade de artigos que abordaram a categoria espacial de região ao longo dos anos.

O primeiro artigo, que versa acerca da temática desta pesquisa, encontrado no acervo *on line* de algum periódico data o ano de 1989, publicado no Boletim Gaúcho de Geografia. O ano com maior incidência de publicações é 2014, com cinco artigos.

Ao se considerar que o artigo disponível no *site* de algum periódico que trata a respeito do ensino de Geografia remete ao ano de 1957, intitulado “Papel e valor do ensino da geografia e de sua pesquisa”, de autoria de Pierre Monbeig e publicado no Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, foram mais de 30 anos até a disponibilização de algum artigo acerca da região com discussão voltada para a educação geográfica

Figura 1 – Anos das publicações das pesquisas.



Org.: o próprio autor (2020).

O quadro 2 mostra o QualisCapes de cada periódico e foram consideradas a última avaliação oficial, publicada no site da CAPES (2013-2016) e a versão preliminar (2019).

Os periódicos: Boletim Paulista de Geografia, Geografia, Ensino & Pesquisa, Giramundo, Revista Brasileira de Educação em Geografia e Revista de Ensino de Geografia são as revistas com mais publicações acerca de região, no ensino de Geografia, com dois artigos cada.

Quadro 2 – QualisCapes dos periódicos.

PERIÓDICOS	QUANT.	QUALIS 2013-2016	QUALIS 2019 Preliminar ⁶
Boletim Paulista de Geografia	2	B3	B2
Geografia Ensino & Pesquisa	2	B2	Não informado
Giramundo	2	B5	B1
Revista Brasileira de Educação em Geografia	2	B2	A2
Revista de Ensino de Geografia	2	B4	B2
Acta Geográfica	1	B1	A2
Boletim Gaúcho de Geografia	1	B1	A4
Boletim Goiano de Geografia	1	A1	A1
Caminhos de Geografia	1	A2	A2
Geografia (Londrina)	1	B1	A4
Geografia (Rio Claro)	1	B2	B3
Geografia em Questão	1	B2	B2
Geographia Opportuno Tempore	1	B5	C
GEOMAE	1	B5	B3
Revista Formação	1	C	Não informado

Org.: o próprio autor (2020).

Os dados até aqui apresentados mostram apenas um panorama quantitativo. A partir desse momento o autor desta pesquisa apresenta a análise qualitativa dos dados encontrados à luz do método de Análise de Conteúdo, de Bardin (1977).

Quadro 3 – Categoria 1.

Categoria: Ambiente Escolar (65%)		
As políticas governamentais destinadas à escola em nosso país possuem algumas singularidades, pois, podem ser representadas pela construção de um currículo instrumental ou de resultados imediatos, demarcado por uma aglomeração de tópicos mínimos necessários ao trabalho, reunido ao currículo de convívio e apoio social, buscando a inserção no atendimento da diversidade social, almejando assim, a criação de um modelo de cidadania amparado na solidariedade e na redução das desordens sociais.		
Unidades de Registros (UR)	Descrição das Unidades de Registro	Frequência Relativa (%)
UR 1 Currículo	O currículo representa um dos meios mais significativos, já que é o ponto em que podem ser reunidos saber e poder; representação e domínio; argumentação e regulação. É nele que são reunidas as relações de poder, extremamente relevantes no desenvolvimento de criação das abstrações sociais. Afirma-se, deste modo, que currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente atrelados. O currículo corporifica relações sociais (SILVA, 1996).	35%
UR 2 Conteúdos	Os conteúdos representam os saberes produzidos e sistematizados por uma criação dotada de sentido social enquanto conhecimento, expondo uma fatia de conhecimento provindo da cultura e que precisa ser ofertado como conteúdo ao educando, visando à sua adequação e aplicação, sendo	20%

⁶Qualis Preliminar 2019 não foi publicado oficialmente pela CAPES.

	esse, portanto, o conhecimento estabelecido. Faz-se necessário ainda que, além desse conhecimento já definido, persista, no procedimento destinado ao ensino e a aprendizagem, uma atenção constante quanto à obrigação do conhecimento, pois na natureza há fenômenos e relações que a capacidade humana ainda não conseguiu atingir. (FONSECA, 2019).	
UR 3 Formação Cidadã	Para compreender o pensamento de lugar no ensino escolar, Cavalcanti (2005, p. 63) relaciona lugar e cidadania, especificando a cidade como “o lugar privilegiado do consumo”. De acordo com o entendimento da autora, o cidadão teria direito, na forma de produção capitalista, de consumir os lugares, isto é, se beneficiar deles, daquilo que eles podem ofertar para o espaço de vivência cotidiano. Sabe-se, contudo, que nem sempre é o que acontece.	10%
Metatexto		
<p>Pelo fato de que o currículo escolar influencia positivamente na formação e crescimento educacional de educadores e de educandos, pode-se afirmar que a ideologia, cultura e poder nele representados são elementos fundamentais no resultado educacional a ser desenvolvido. É necessário ter em consideração que o currículo remete a uma realidade histórica, cultural e socialmente estabelecida, favorecendo grandemente para as ações didáticas e administrativas que validam sua prática e sua teorização. Deste modo, entende-se que a preparação de um currículo é, certamente, um crescimento social no qual caminham reunidos os agentes lógicos, epistemológicos, intelectuais e mediadores sociais, como poder, benefícios, discórdias simbólicas e culturais, projetos de predominância voltados às causas envolvendo classe, raça, etnia e gênero (SANTOS; CASALI, 2009). Dos 20 artigos que abordaram a categoria espacial de Região, 35% estão classificados nesta UR.</p> <p>A segunda UR possui artigos que abordaram conteúdos específicos para ensinar a categoria espacial de região no ensino de Geografia, totalizam 20% das publicações nesta temática e em todos os trabalhos os conteúdos estão inseridos vertente da Geografia Humana.</p> <p>O aspecto instrutivo representa um recurso destinado à formação de seres humanos e prontos para exercerem sua cidadania. Entende-se por cidadão crítico aquele que, diante de uma situação tida como complexa se mostre preparado para não apenas enfrentá-la, mas também solucioná-la. Sua capacidade intelectual deve estar em constante evolução e essa condição só se dará se ele for preparado com o benefício de atividades lógicas. Esta UR se refere à formação cidadã e possui 10% dos artigos analisados nesta pesquisa.</p>		

Org.: o próprio autor (2020).

Quadro 4 – Categoria 2.

Categoria: Recursos Didáticos-Pedagógicos (35%)		
A respeito dessa categoria, Souza (2007, p. 111) explica que “recurso didático é todo material utilizado como auxílio no ensino-aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado pelo professor a seus alunos”. Desta forma, é importante mencionar que os recursos didáticos-pedagógicos compõem uma gama de elementos e técnicas pedagógicas que são agregadas como sustentação experimental na realização das aulas e nos processos de ensino e de aprendizagem, enfatizando que os mesmos são usados como possibilidades de estímulos para despertar o interesse da aprendizagem pelos educandos.		
Unidades de Registros (UR)	Descrição das Unidades de Registro	Frequência Relativa (%)
UR 1 Práticas Pedagógicas	Essa UR remete a uma integração dialógica que envolve o processo de ensino e de aprendizagem, por meio de práticas pedagógicas, que tem como principal objetivo auxiliar na formação integral do estudante. O aspecto educativo é alcançado a partir da formação de valores, aptidões sensitivas que reconhecem o indivíduo como ser social, entendendo a expansão de segurança, aspirações e outras características aliadas à cognição que irão facilitar o crescimento do saber, almejando ao final a formação do cidadão. A eficácia dos processos de ensino e de aprendizagem se enquadra na solução dada à internalização dos conhecimentos, à evolução	15%

	<p>intelectual e física do discente, à criação de sensibilidades, qualificações e valores, capazes de alcançar as ambições próprias e desejadas em cada grau educacional, de diferentes instituições, levando a uma condição transformadora, que facilite as práticas comuns, a solidariedade e convivência coletiva. A compreensão de que o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem representa uma ação lógica envolvendo a instrução e a educação, podendo ser reunida ao ideal de que semelhante distinção persiste entre a condição de ensinar e de aprender. Essa conexão induz a uma noção de que o ensino e a aprendizagem possuem um funcionamento sistematizado, composto por características efetivamente interligadas. Afirma-se deste modo que o resultado dos processos de ensino e de aprendizagem é o conhecimento.</p>	
<p>UR 2 Livro Didático</p>	<p>Os livros didáticos propostos ao ensino da leitura e da escrita permeiam o cenário brasileiro desde o século XIX. Com o transcorrer de todos esses anos, esses subsídios passaram a receber diferentes considerações relacionadas ao ensino e aprendizagem, e de modo simultâneo, reproduzindo expressões relevantes visando à compreensão da educação nacional. Faz-se importante a informação de que por muitos anos esse material foi pouco aproveitado. Apesar dessa situação no início, os livros e os manuais didáticos continuam compondo as atividades de ensino nas escolas, sabendo-se que em diversas situações esses materiais representam a maior fonte de orientação à prática docente. (FONSECA, 2019)</p>	<p>10%</p>
<p>UR 3 Trabalho de Campo</p>	<p>Acerca dessa UR, é importante observar a seguinte premissa: “A aula de campo é um rico encaminhamento metodológico para analisar a área de estudo (urbana ou rural), de modo que o aluno poderá diferenciar, por exemplo, paisagem de espaço geográfico” (CASTROGIOVANNI; CALLAI; KAERCHER, 1999, p. 99). Faz-se necessário reforçar ainda que no trabalho de campo o educando é estimulado a pensar e enxergar a realidade, tendo por base um conhecimento prático e pessoal. “Parte-se de uma realidade local, bem delimitada para se investigar a sua constituição histórica e as comparações com os outros lugares, próximos ou distantes” (CASTROGIOVANNI; CALLAI; KAERCHER, 1999, p. 99).</p>	<p>5%</p>
<p>UR 4 Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC)</p>	<p>Referente ao tema que envolve as TDIC, o foco desta UR remete às tecnologias oriundas do processo e de produtos direcionados aos conhecimentos provindos da eletrônica e das telecomunicações (KENSKI, 2007, p. 25). Seguindo a explicação de Kenski (2007, p. 44), “a tendência é que com o advento das modernas tecnologias, novas técnicas de mediações e abordagens sejam introduzidas no ensino e aprendizagem visando à apreensão dos conteúdos pelos educandos”. Existe a expectativa de que grande parte ou até mesmo a maioria das inovações apresentadas no processo educativo devam promover transformações qualitativas no ensino em nosso meio.</p>	<p>5%</p>
<p>Metatexto</p>		
<p>As práticas pedagógicas são fontes de incentivos aos educandos, promovendo e aprimorando o desenvolvimento qualitativo do ensino e da aprendizagem. O uso desses recursos no processo de ensino foi incorporado com o objetivo de ocupar os vazios deixados pelo ensino tradicional, dando aos estudantes a possibilidade de ampliar seus conhecimentos. Dos 20 artigos estudados, 15% deles abordaram a categoria espacial de lugar apontaram a utilização de algum recurso didático-pedagógico como forma de trabalhar esse conceito. geográfico se faça presente.</p>		

Ao tratar de livros didáticos os artigos presentes nesta UR (10%) abordam possibilidades para o uso deste material. O processo de escolha desse material é desde então resultado de uma avaliação aprofundada sob o prisma pedagógico e metodológico desenvolvido pelas políticas públicas compostas por equipes de especialistas das mais diferentes áreas dos saberes disciplinares.

Outra UR que foi inserida nesta categoria é a de trabalho de campo, alguns artigos que versaram acerca desse tema expuseram que o discente deixa de ser um sujeito passivo ou apático, a quem tudo é transferido de forma acabada e torna-se problematizador/questionador, ou seja, um criador do seu próprio conhecimento. Essa ação é possível por conta da riqueza que o aprendizado em campo proporciona ao educando, que consegue aprender estando mais próximo da realidade, a subjetividade em relação às causas e consequências dos acontecimentos percebidos. Deste modo, faz-se possível compreender que o objetivo do trabalho de campo está centrado no aspecto construtivista da aprendizagem, apresentado como um processo desenvolvido de forma gradativa e contextualizada com a realidade.

O trabalho de campo tem a possibilidade de fazer com que os estudantes alcancem um conhecimento interdisciplinar, uma vez que na realidade experimentada nessa prática não apenas os educandos, mas também os educadores acabam se envolvendo com situações totalmente desconhecidas e a quantidade de fenômenos que compõem a realidade diante de situações até então nunca antes vivida, ou imaginada. Essa nova situação apreende a experiência da junção das ciências em geral, ao mesmo tempo em que se reúnem a pesquisa e o ensino que poderão ressignificar os conhecimentos anteriormente concebidos em sala de aula. Ao todo, 5% dos trabalhos discutiram essa temática quando abordaram o lugar.

No que tange a inclusão de algum aparato tecnológico no espaço escolar, seja por meio de *softwares* educacionais seja as plataformas interativas, tem originado inovações e, até mesmo dúvidas em relação ao modo correto de seu uso, assim como às formas de ação que facilitem e melhoram a contemplação desses recursos na atividade pedagógica pelos educadores da disciplina escolar de Geografia. As publicações que discutiram a inserção da TDIC com o foco da temática deste texto correspondem 5% do total de artigos analisados nesta pesquisa

Org.: o próprio autor (2020).

Considerada como uma formulação central da Geografia, a região, assim como qualquer entendimento que se reproduz no decorrer do desenvolvimento histórico de uma ciência passa por um procedimento inicial de definição, experimentando seguidas ressignificações voltadas à alteração necessária aos tempos atuais, às transformações inovadoras e à mobilização da vida.

Mesmo sob pressão e inteiramente reconsiderado desde sua inclusão na ciência geográfica e em abordagens contemporâneas, o pensamento de região e a sua ação real consumada, a regionalização tem demonstrado a importância conhecimento geográfico. Nessa linha de pensamento, Haesbaert (1999) afirma que a grande questão da Geografia está em reconhecer a sua vocação para criar sínteses das atividades decorrentes da ligação entre sociedade e natureza em meio às mais intrínsecas materializações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a intenção de findar esse estudo sobre a região por meio de uma abordagem específica e por essa razão originalizada das atividades do homem em sua vida terrestre, é preciso ter em conta a antinomia apresentada, a começar da forma de construção que decorreu no refinamento das

metodologias, chegando a até mesmo agrupar-se com outras particularidades, instabilizando as fases do modo de produção, suprimindo a trajetória da compressão do espaço temporal indicada por Harvey (1989) e de expor o desconforto que representa regionalizar, apesar de uma força globalizadora que almeja homogeneizar o mundo e simultaneamente fracionar o local, condição que interrompe a regionalização como uma estância de compreensão da ordenação e criação da vida e dos procedimentos de reprodução da sociedade.

Identificar os significados em meio a esses panoramas obscuros é, certamente um dos maiores estímulos, já que representa a retomada do sentido do que é a região, e a forma como ocorre o desenvolvimento de regionalização na atualidade agrega outros itens para facilitar ainda mais o entendimento do universo. Um dos maiores benefícios da percepção de região é facilitar a localização do nosso lugar como gestores ativos no crescimento de reprodução da vida, assimilando as circunstâncias que se apresentam e preparando a nossa projeção para a transpor os obstáculos e as possíveis contradições sociais.

Por fim, é interessante destacar que os estudos voltados ao ensino geográfico, abordando a concepção de região, discordam em alguns tópicos específicos direcionados à formação, aos objetivos e aos regulamentos, contudo, são unânimes em ressaltar a grandeza que representa na aprendizagem geográfica, para a compreensão de mundo e da realidade do aluno.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **L'analyse de contenu**. 8^a édition corrigée. Paris: Presses Universitaires de France, 1977. 291 p.

BRASIL. Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, nº 248, 23 dez. 1996.

CAPEL, **Filosofia y ciencia em la geografia contemporânea**. Barcelona: Barcanova, 1985.

CAPES. **Qualis Periódicos**. Disponível em:

<<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>>. Acesso em: 27 jan 2017.

CASTRO, I. E. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, M. A. de et al. (org.) **O novo mapa do mundo: natureza e sociedade de hoje: numa leitura geográfica**. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1997.

CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; KAERCHER, N. A. **Ensino de geografia**. Práticas e Textualizações. Porto Alegre: Mediação, 1999.

CAVALCANTI, L. S. A. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2005.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, p. 15-48.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXIII, nº. 79, p. 257-272, 2002.

FONSECA, R. L. O Estado da Arte das Pesquisas em Ensino de Geografia Publicadas em Periódicos Nacionais: perspectivas e tendências. **Caderno de Geografia** (PUCMG), v. 29 n. 59 (2019): Outubro a Dezembro de 2019.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, p. 49-76.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. In: **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, jun. 1999.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: O novo ritmo da informação**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LENCIONI, S. Região e geografia: a noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

MARCON, M. T. de R. A ressignificação do conceito de região. **Expressões Geográficas: Revista Eletrônica dos Estudantes de Geografia da UFSC**, n. 8, ano VIII, p. 29-51. Florianópolis, agosto de 2012.

MELLO, J. B. F. A Geografia Humanista: a Perspectiva da Experiência vivida e uma Crítica radical ao Positivismo. **Revista Brasileira de Geografia**, 52(4), pag. 91 – 115, 1990.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**. v. 9, n. 2, p. 191-211. 2003.

RIBEIRO, W. C. Do Lugar ao Mundo ou o Mundo no Lugar? **Terra Livre AGB**, n. 11, v. 12, p. 237-242, 1993.

SANTOS, A. R. J.; CASALI, A. M. D. Currículo e educação: origens, tendências e perspectivas na sociedade contemporânea. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, 12(2), 2009, 207-231.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SILVA, T. T. da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUZA, S. E. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana de Pedagogia da UEM: “Infância e Práticas Educativas”. Arq Mudi. **Anais...** Maringá, 2007.

THRIFT, N. Visando o âmago da região. In: GREGORY, D. et al. (org). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.